



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

15 de maio de 2018

Notícias do Dia
Capa e Cidade

“Reitoria colaborou com ditadura”

Reitoria colaborou com ditadura / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Serviço Nacional de Inteligência / SNI / Comissão da Memória e Verdade / Relatório final / Ditadura Civil-Militar / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Jean-Marie Farines / Dossiê / Conclusão de curso / Mateus Bandeira Vargas / FEUSC / DCE / Diretório Central dos Estudantes / Reitor / Ferreira Lima



Reitoria colaborou com ditadura

Comissão da Memória e Verdade da USFC divulgou ontem relatório sobre período militar

FÁBIO BISPO
fabio.bispo@noticiasdodia.com.br

A Universidade Federal de Santa Catarina era recente quando os generais romperam com o regime democrático, encerraram o governo eleito de João Goulart, e implantaram a ditadura militar de 1964. Ainda no dia 31 de março, às vésperas do golpe que se confirmou em 1º de abril, o prédio da União Catarinense dos Estudantes, na rua Álvaro de Carvalho, foi revirado e o restaurante universitário invadido. A UFSC estava definitivamente na mira dos agentes do serviço secreto. Até os últimos dias da ditadura, a universidade foi palco de perseguições, prisões e espionagem. Nos anos 1970, o funcionamento do correspondente do SNI (Serviço Nacional de Inteligência) em sala ao lado do gabinete da reitoria é só um dos indícios do alinhamento da administração universitária com o novo regime.

Parte desta história está no relatório final da Comissão de Memória e Verdade da UFSC, divulgado nesta segunda-feira, no hall da reitoria. O documento, com mais de 800 páginas, é fruto de incessante trabalho que envolveu estudantes, servidores e professores da universidade. Boa parte do material foi colhido diretamente em fontes primárias, como documentos da UFSC, arquivo nacional e registros da Dops (Delegacia de Ordem Política e Social). Também foram colhidos 21 depoimentos individuais e realizadas três audiências públicas nas quais houve a participação de 13 depoentes.

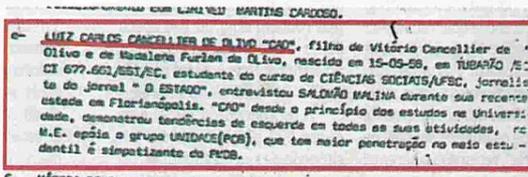
O presidente da comissão, professor Jean-Marie Farines, diz que vários estudantes, professores e servidores da UFSC foram vítimas das mais diversas violações de direitos humanos e que demissões, não contratações e perseguições internas políticas e às vezes pessoais foram comuns nesse período.

Ele lembra ainda que tantos outros casos acabaram não concluídos ou tiveram seus relatos comprometidos, como o caso de uma das demissões deliberadas em que o processo contra o docente teve a última página arrancada. "O maior achado deste relatório foi mostrar que houve a colaboração de pessoas de dentro da universidade. Isso nos mostra que as coisas nem sempre foram um mar de rosas", explica.

O documento, elaborado ao longo de dois anos, aponta que "ficou comprovado que o papel de espionagem, denúncia, censura, repressão e controle ideológico foi assumido em determinados períodos pela própria administração da UFSC".



ARCEON/USFC/Divulgação/Arceon



Cancellier demonstrou "tendências de esquerda em suas atividades"

Jornalista elaborou dossiê sobre período

Entre as contribuições à Comissão da Memória e Verdade da UFSC se destaca o trabalho do jornalista Mateus Bandeira Vargas, que na conclusão da sua graduação apresentou o trabalho "Dossiê UFSC: As ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina".

O trabalho de Vargas começou a ser elaborado antes da criação da comissão. O resultado foi defendido no primeiro semestre de 2016, onde casos envolvendo estudantes, reitores e generais são detalhados em 187 páginas.

O dossiê UFSC, que teve parte in-

tegrada ao relatório da Comissão da Memória, relata episódios como a instalação do AI-1 na UFSC, após abertura de investigação nos centros e cassação dos membros do FEUSC, atual DCE (Diretório Central dos Estudantes).

"A investigação contra a FEUSC foi mero ensaio para a caça às bruxas que se instalaria na universidade. Nas semanas seguintes, dezenas de funcionários e estudantes, do baixo clero ao próprio reitor Ferreira Lima, seriam investigados por um grupo de professores escolhidos a dedo pelos militares", aponta trecho da investigação.

Estudantes foram presos em Biguaçu

Outro caso envolvendo estudantes se deu na visita do marechal-presidente Costa e Silva, em 1968, à UFSC.

"Sérgio Bonzon comia um cachorro quente acompanhado de uma cervejinha no Roda-Bar. Foi preso por comissários da DOPS. Rômulo Azevedo, Roberto Cascaes, Paulo Joaquim Alves, Ademar Dias e Walter Veiras iam para o Estreito num Volks; cinco comissários prenderam os rapazes; Heitor Bittencourt Filho saía de sua casa quando foi detido. A estudante de filosofia Dirley de Luca deixava a sua residência quan-

do recebeu voz de prisão. (...) Ficaram incomunicáveis na cadeia de Biguaçu, ali passando a noite, sem alimentação. Às 16h, quando o presidente Costa e Silva deixara Florianópolis, foram postos em liberdade", escreveu Adolfo Ziguelli, em dezembro no jornal *O Estado*.

Derlei Catarina De Luca foi uma das principais fontes de informação e memória sobre o movimento estudantil contra a ditadura no Estado. Foi presa entre 1969 e 1970. "Eles não podiam me soltar porque eu estava muito machucada", disse ao ND.



Derlei De Luca foi presa entre 1969 e 1970

ARCEON/USFC/Divulgação/Arceon

Cancellier foi perseguido

A passagem de Luiz Carlos Prestes nas comemorações do centenário da morte de Karl Marx, claro, não passaria em branco pelo serviço de inteligência do regime. Foi nesta oportunidade que novos alvos da militância estudantil foram registrados.

Entre os nomes destacados pelos militares sobre fotos da época, Cancellier é citado ao lado de outros nomes conhecidos da época, como o do cartunista Sérgio Bonzon, do extinto jornal *O Estado*, Roberto João Motta, advogado e professor da UFSC, preso em 1975 pela Operação Barriga Verde, e Denise Jakimiu, na época estudante de medicina.

O relatório da Comissão da Memória e Verdade será encaminhado à Comissão Nacional e ao MPF (Ministério Público Federal) para possíveis investigações posteriores e eventuais punições.

O documento ainda elenca uma série de recomendações para a UFSC, como a construção de memoriais às vítimas, reavaliação de homenagens a pessoas que, reconhecidamente, feriram ou ajudaram a ferir os direitos humanos durante a ditadura civil-militar e a reabertura pela administração da universidade de casos e histórias revelados para que a verdade dos fatos seja oficialmente reconhecida.

Diário Catarinense e A Notícia Giro Financeiro "Só nós"

Só nós / João Rogério Sanson / Professor / Economia / UFSC / Foro
privilegiado



MACROECONOMIA
JOÃO ROGÉRIO SANSON
PROFESSOR DE ECONOMIA DA UFSC

Só nós?

A mudança recente na regra do foro privilegiado dos políticos é mais um passo na evolução da cultura institucional brasileira. É um passo no sentido de haver mais rapidez no julgamento em processos de corrupção, tendo como efeito colateral mais igualdade das pessoas perante a Justiça. Como o país está conseguindo isso? Na verdade, a teoria econômica ajuda a entender esses fatos.

Do ponto de vista dos vendedores, a concorrência de mercado é uma disputa pelos compradores de um produto. Nem todos conseguem vender. O sucesso resulta em maior receita. A concorrência induz a redução do lucro acima do normal e a melhora da qualidade dos produtos.

Às vezes, a concorrência pode envolver um número pequeno de empresas. Nesses casos, a rivalidade entre elas é muito forte, podendo até descambar para estratégias agressivas.

Na política, acontece algo parecido. Os políticos buscam o voto dos eleitores para chegar a posições de poder. Similar ao lucro são as benesses financeiras e de conforto associadas à função, além do lado psicológico da sensação de poder. Para venderem seus serviços de representação, eles precisam de recursos para as eleições, às vezes, obtidos de fontes ilícitas.

Uma forma de concorrer agressivamente é denunciar os adversários que apelam para fontes ilícitas de recursos. Quanto mais essa estratégia da denúncia for usada, menor será o apelo dessas fontes. Assim como no mercado de produtos, a concorrência minimiza os ganhos decorrentes do investimento ilícito, beneficiando a sociedade.

A partir dos anos 1990, o país teve vários exemplos dessa forma de concorrência. Um presidente foi impedido por conta de acusações de corrupção. O mesmo grupo que liderou as acusações daquela época foi flagrado em corrupção anos depois. Em ambas as situações, eles tiveram seu capital político bastante depreciado, aumentando para os demais a percepção dos riscos dessa forma de financiar campanhas.

Vários outros casos de concorrência política ilícita poderiam ser citados. Relevante mesmo é que alguns dos atuais envolvidos ajudaram a aprovar a legislação que deu mais independência a órgãos públicos de combate à corrupção. Não puderam ir contra, pois vendiam a imagem de não praticarem tais malfeitos.

Não por coincidência, a mudança de foro reacendeu um processo concorrencial entre os poderes. De fato, um dos propósitos de ter três poderes independentes é evitar que um deles consiga primazia sobre os demais, como nas ditaduras, sob as quais o país já viveu longos períodos. O Legislativo retomou sua discussão sobre o foro, pois sentiu que a nova regra aplicada somente aos políticos desequilibra o poder em favor do Judiciário.

Portanto, é possível concluir que o atual combate à corrupção apenas mostra o bom funcionamento do processo concorrencial democrático.

O ATUAL COMBATE À CORRUPÇÃO APENAS MOSTRA O BOM FUNCIONAMENTO DO PROCESSO CONCORRENCIAL DEMOCRÁTICO

Diário Catarinense
Ânderson Silva (Interino)
"Lista tríplice"

Lista tríplice / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Ministério da Educação / MEC / Reitor / Ubaldo Cesar Balthazar / Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto / Walter Quadros Seiffert / Conselho Universitário / CUn / Ministro da Educação / Rossieli Soares da Silva / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Polícia Federal / Suicídio

LISTA TRÍPLICE

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) encaminhou para o Ministério da Educação a lista tríplice para o cargo de reitor. Os professores Ubaldo Cesar Balthazar, Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto e Walter Quadros Seiffert, nesta ordem por votação, foram os escolhidos pelo Conselho Universitário (CUn) para compor a indicação enviada ao governo federal. Ubaldo teve 48 votos, Cátia, dois, e Walter, um. Ubaldo foi o eleito pela comunidade acadêmica em dois turnos entre março e abril.

MINISTRO DECIDE

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, ROSSIELI SOARES DA SILVA, É QUEM DECIDIRÁ O NOME PARA A REITORIA. A TRADIÇÃO MANDA QUE O MAIS VOTADO SEJA O ESCOLHIDO. O MEC DIZ QUE AINDA NÃO RECEBEU A LISTA. NÃO HÁ PRAZO PARA ANÁLISE, MAS O MINISTÉRIO DIZ QUE PRETENDE "REALIZAR O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL, ASSIM QUE RECEBIDO". O NOVO REITOR VAI OCUPAR A VAGA DEIXADA POR LUIZ CARLOS CANCELLIER, AFASTADO PELA POLÍCIA FEDERAL EM SETEMBRO DE 2017 POR SUSPEITA DE IRREGULARIDADES E QUE DEPOIS SE SUICIDOU.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

O mundo do Ano do Cão

Comissão da Verdade da UFSC revela que universidade espionava professores e estudantes na ditadura

Comissão da Verdade revela que UFSC espionava professores e estudantes durante a ditadura

Comissão da Verdade revela que UFSC espionava professores e estudantes na ditadura

Círculo de Leitura debate "Maio de 1968 – 50 anos depois"

Polícia Federal - A lei é para todos". Só que não

Povo brasileiro colocou o judiciário no banco dos réus

Violência, eleições 2018, economia, governança e Oriente Médio são destaques dos jornais

Maternidades têm ações especiais na Semana de Doação de Leite Humano

Maternidade Darcy Vargas tem ações especiais na Semana de Doação de Leite Humano

Mediação e arbitragem são alternativas a processos judiciais em SC

Tese de professor é destaque